



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N° DE, 2004. (Do Sr. Alceu Collares)

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeiro audiência pública pelos fatos a seguir:

A sociedade brasileira debate amplamente o direito que têm os cidadãos, civis e militares, os parentes e amigos das pessoas desaparecidas durante todo o regime ditatorial de 1964 a 1979, o direito sagrado de examinar todos os documentos, atos, faltas e acontecimentos ligados ao período em que a Nação conheceu a censura, a perseguição, a tortura e o assassinato de brasileiros e brasileiras.

A negativa dos governos anteriores e do atual de liberaram todo esse acervo, principalmente as associações de defesa dos direitos humanos, sobre o pretexto de tratarem de documentos que dizem respeito a segurança do Estado, violentam os direitos sagrados de todo quanto, interesse tinha de conhecer efetivamente o que se passou durante esse trágico período de ditadura militar.

Junto encaminho-lhe a justificativa do movimento de justiça dos direitos humanos, do Rio Grande do Sul, presidido pelo senhor Sérgio Luiz Bittencourt.

Isto posto requeiro o convite para uma audiência pública a ser combinada com Vossa Excelência, em sendo possível nas datas 17/11 ou 24/11 do Exmo. Sr. Ministro da Defesa, José Alencar, Vice-Presidente, respondendo pelo respectivo ministério e as seguintes entidades:

- Movimento de Justiça e Direitos Humanos - RS;
- Grupo Tortura Nunca Mais - RJ;
- Grupo Tortura Nunca Mais - SP;
- Grupo Tortura Nunca Mais - MG;
- Grupo Tortura Nunca Mais - BA;
- Dr. Agostinho Pedro Veit - Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos (Lei 9140/95);
- Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB;
- Comissão de Justiça e Paz da CNBB;
- Associação Brasileira de Imprensa.

Sala das Sessões, em

Deputado **Enio Bacci**
Deputado **Alceu Collares**